

HISTÓRIA AGRÁRIA E HISTÓRIA REGIONAL NA PERSPECTIVA SÓCIO-ECONÔMICA

Erivaldo Fagundes Neves
Universidade Estadual de Feira de Santana

O campo de estudo da *história econômica e social* ampliou-se a partir de meados do século XX, com os saltos tecnológicos, o novo papel do setor de serviços, o fenômeno da comunicação social com e a tele-imagem no tempo real. Entretanto, a crise de paradigmas teóricos, após o fim da divisão do mundo em dois blocos econômicos e ideológicos, no final desse século, reduziu-se o interesse por esse tema nas pesquisas de pós-graduação no Brasil¹. Mas as questões fundiárias e agrícolas – *mundo rural* – permaneceram no centro dos interesses dessa área interdisciplinarizada do conhecimento.

O segmento da história econômica que se dedica ao estudo da propriedade, posse e exploração da terra apresenta-se com três tipos de abordagem, mas sem distanciamentos conceituais significativos entre si. A *história da agricultura*, que traz implícita na denominação o interesse na tecnologia e na economia da produção, dedica-se um aspecto da história das ciências e das técnicas, ocupando-se com métodos, instrumental e organização da agricultura, reunindo conhecimentos da geografia física, geologia, meteorologia, demografia, ecologia, agronomia, aos estudos históricos.

A *história agrária*, de maior abrangência teórica, envolve a estrutura social rural, dedicando-se às formas de apropriação e uso da terra e às condições jurídicas e sociais dos trabalhadores rurais, agregando informações da geografia humana à análise das diferentes modalidades históricas de organização e exploração da força de trabalho, enfatizando as relações de trabalho e tipologias agrárias como meeiro e diarista, proprietário e renteiro, fazenda e sítio. A *história rural* sintetiza os tipos anteriores, abarcando relações sociais, econômicas e políticas das sociedades pré-industriais, referenciando-se na teoria econômica do sistema em questão, destacando estudos macro e microeconômicos da produção, distribuição e circulação no setor agrícola da economia².

¹ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Historia económica de América Latina, t. 1, Sistemas agrários y historia colonial*. 3. ed. Barcelona: Crítica, 1pp984, 1. ed. 1979, p. 27-43.

² Ver esta análise de Meuvret esquematizada em: CARDOSO, Ciro Flamarion S. História da agricultura. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997; YOUNG, Eric van. La historia rural de México desde Chevalier: historiografía de la hacienda colonial. In: CÁRDENAS, Enrique. (Comp.). *Historia económica de México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 377.

A história agrária dedica-se ao estudo, “tanto das técnicas como dos costumes rurais que, mais ou menos estreitamente”, regulamentam “a atividade dos exploradores” da terra. Esse campo específico da história econômica teria seu “ponto de partida obrigatório” em “documentos de época relativamente próxima”, porque despertariam mais curiosidades. Os textos antigos, “convenientemente interrogados”, ofereceriam “muito mais” do que, em princípio, esperam-se deles, entretanto, estariam “longe de responder a todas as indagações”, resultando disso, a “tentação de se tirar das manifestações de testemunha”, “conclusões mais precisas do que em direito seria legítimo”. Mais que qualquer outra formação de historiador, o que se dedica aos estudos agrários, seria “escravo de seus documentos” e necessitaria, “quase sempre, ler a história ao reverso”, embora “essa compreensão inversa à ordem natural” fosse perigosa³.

Esboçando a história da agricultura brasileira, Ciro Cardoso⁴ destacou três linhas interpretativas. A tradicional, que considerou *pré-capitalista, feudal* ou *com resquícios feudais*, obstaculizando o desenvolvimento capitalista, “derivada das teses do dualismo estrutural e das posições assumidas em 1928, pela Internacional Comunista” representada pelo Partido Comunista do Brasil - PCB, sobre “países coloniais, semicoloniais e dependentes”, assumida, entre outros, por Alberto Passos Guimarães⁵; a que tentou demonstrar a necessidade das “formas consideradas arcaicas, para o próprio funcionamento do capitalismo”, defendida por Prado Júnior e Barros de Castro que, embora mais *realista*, mas pecando pela *simplificação* de caracterizar a “parceria ou o colonato como formas totalmente capitalistas”, eliminando a “possibilidade de estudar tensões e contradições” da realidade agrária; e a que explorou a “noção de subsunção ou subordinação formal do trabalho ao capital” e os “aparentes arcaísmos”, de “criação ou re-criação do próprio capitalismo”, formalizada por José de Souza Martins, que permitiria um “estudo bem mais nuançado”.

Distinguem-se dois tipos de *história agrária*: a *regional* e a *local*, ambas proporcionando vantagens e inconvenientes ao pesquisador. Os documentos para o estudo da *história agrária regional* encontram-se, quase sempre dispersos em vários acervos arquivísticos, dificultando a consulta, sendo, entretanto, mais abundantes, podendo levar a pesquisa mais longe que o inicialmente previsto. No caso da *história agrária local*, a documentação mantém-se, em grande parte, reunida, porém, não oferece da vida rural “mais que uma imagem fragmentada e, às vezes,

³ BLOCH, Marc. Les caractères originaux de l’histoire rurale française. 3. tirage. Paris: Librairie Armand Colin, 1960, t. I, p. XI-XIII, 1. ed. Oslo, 1931.

⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion S. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 41-42; também publicado em CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. Op. cit., t. 1, p. 10-89, com o título de *Historia económica y historia de la agricultura: perspectivas metodológicas y líneas de investigación*.

⁵ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, 1. ed. 1963; _____. *A crise agrária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 1. ed. 1978.

enganosa”, pouco permitindo “captar os fenômenos massivos”, além de faltar a unidade geográfica, tão necessária em todos os estudos históricos⁶.

Diferente da *questão agrícola*, que diz respeito ao crescimento da produção, à inovação das técnicas, à dinâmica dos sistemas de cultivo, ao incremento da produtividade –diretrizes recorrentes da reforma da agricultura– a *questão agrária* trata da perspectiva social, abordando a situação jurídica da terra e as relações de trabalho, pontos de partida de um programa de reforma agrária ou da interferência na organização da propriedade da terra e nos modos da sua utilização⁷.

Sistematizou-se a história agrária como campo de conhecimento específico, desde inícios do século XX, associado-se, conforme Linhares⁸, o estudo de “mudanças operadas pela ação dos grupos sociais através dos tempos, com o da relação do homem com o seu meio físico. A história, voltando-se sobre o passado em busca de informações e registros precisos, os mais abundantes possíveis, capazes de explicar a sociedade humana nas suas múltiplas determinações e complexidades”; e a geografia humana, “observando e descrevendo o presente” para “detectar a ação do homem na ordenação do espaço que o envolve”.

Na década de 1950, Emmanuel Le Roy Ladurie⁹ iniciou um estudo da “história da propriedade fundiária” –caracterizada como tal “pela policultura e autoconsumo familiar”– no sul da França, a partir do século XIV. Pouco tempo depois abandonou a referência metodológica de “história da propriedade”, passando a adotar a de “estruturas fundiárias”, focalizando “outras constantes” como a geográfica, a antropológica e a sociológica, com a mobilidade das migrações, os deslocamentos de rebanhos e a trajetória das plantas cultivadas; além de outras variáveis como a cronologia móvel, o incessante jogo das mútuas relações, a meteorologia, esta, um fator interveniente na irregularidade das colheitas.

Usando categorias analíticas semelhantes às de Fernand Braudel (1902-1985), Le Roy Ladurie destacou o que chamou de “tendências longas”, como “variáveis principais, sujeitas a reflexões duradouras e a movimentos seculares”: população, produções, preços e receitas ou despesas particulares, envolvendo renda, dízima, fisco, usura, lucro, salários. E, além de todas essas categorias, os homens, os grupos sociais. Assim, embasado em documentos locais, Le Roy

⁶ DAUVERGNE, Robert. Suplemento a la introducción. In: BLOCH, Marc. *La historia rural francesa: caracteres originales*. Barcelona: Crítica, 1978, p. 35-57.

⁷ Sobre esta matéria, ver: LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravidão nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

⁸ LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.)..., p. 165-166.

⁹ LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Os camponeses de Languedoc*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 11-16. 1. ed. Francesa, 1969.

Ladurie fez uma história agrária de enfoque regional, como se caracteriza esse segmento da história econômica, arriscando-se na “aventura de uma história total”, como ressaltou.

A história agrária desenvolveu-se articulada com a regional e local, também dedicada ao “estudo das estruturas e das organizações do espaço rural”, como resultado da atividade do homem¹⁰. Na sua especificidade a história regional e local propõe estudar atividades de grupos sociais historicamente constituídos – assentados numa base territorial e com identidades culturais, de organização comunitária, de práticas econômicas – identificando suas interações internas e articulações exteriores, na perspectiva da totalidade histórica¹¹.

Do ponto de vista metodológico a história regional e local situa-se “logo abaixo do nível estatal e acima do individual e do familiar”, ocupando-se das comunidades de um mesmo território, servindo-se de “redes institucionais, sistemas políticos, administrativos, legais e associativos” comuns. Pela ótica dos resultados produzem-se “histórias de grupos sociais de comunidades de vizinhanças, municipais, provinciais ou regionais”, “embora a definição do objeto se baseasse implicitamente na aceção de um *continuum* – institucional, legal, social – unindo o local com o supra-local”. Por este enfoque aborda-se “a comunidade humana em si mesma como objeto de estudo”. Portanto, a história regional e local não se delimitaria “por um território, um conjunto de população e um momento na evolução do sujeito histórico e seu desenvolvimento endógeno”. Tornara-se “a história da construção local e autônoma do objeto, de sua vida e sua dinâmica histórico-social internas”. E teria como objetivo essencial “aceder às relações com outras realidades comunitárias”, mais como “confrontação comparativa de realidades que em forma de análise de um nexos histórico derivado de um legado institucional”¹².

O estudo da história regional e local, que se vincula ao mundo rural na perspectiva econômica e social, pressupõe uma teoria sobre região e uma delimitação do espaço que se pretende investigar ações de um grupo humano. A idéia de região, não se restringe aos “limites administrativos” – capitanias, províncias, estados – nem se apóia no fato de um grupo de indivíduos coabitar o mesmo território. Esses fatores não formam, necessariamente, “redes de relações sociais”, nem “consciência de pertencimento” a universo comum. Uma região se localiza sobre uma base territorial, que se distingue, principalmente, por ser um “espaço socialmente construído”. Secundarizam-se, pois, as “características naturais”. Região também se situa numa época, que se caracteriza como um “determinado tempo histórico”, ficando em

¹⁰ LINHARES, Maria Yedda. História Agrária..., p. 165-166.

¹¹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local: fragmentação e recomposição da História na crise da modernidade*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002, p. 45.

¹² MARÍN GELABERT, Miquel. Historiadores locales y historiadores universitarios: la historiografía española en su contexto internacional, 1948-1965. In: FORCADELL, Carlos; PEIRÓ, Ignacio (Coord.). *Lecturas de la historia: nueve reflexiones sobre historia da historiografía*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 2001, p. 97-148.

segundo plano a “localização meramente cronológica”. A delimitação “espaço-temporal” existe enquanto materialização de limites, “a partir das relações sociais”¹³.

Uma região assim compreendida pode abranger, sem limites próprios, parcela de um município, de um estado ou província, de um país ou de um continente. Sua imprecisa delimitação geográfica pode embasar-se no relevo, hidrografia, solo, vegetação, clima, além das práticas econômicas e políticas, composição étnica, manifestações culturais, sempre articulada com espacialidades mais amplas e com determinado tempo histórico¹⁴. A história agrária, como a regional e local, assenta-se em determinado espaço, constituindo na sua relação entre os homens, no que diz respeito à terra, desde a sua apropriação ao seu uso: relações jurídicas, na definição da propriedade e da posse; econômicas, na exploração, fazendo-a produzir; e sociais, tanto na definição das condições jurídicas, quanto nas de produção e distribuição de bens.

A historiografia política do mundo rural francês dos séculos XVIII e XIX teria como traços básicos: tomar como unidade de análise o âmbito regional, não estadual; centrar-se, no marco do regional, na explicação de contrastes e mudanças significativas, previamente detectadas na *opinião política* expressa nas eleições entre as grandes opções nacionais; avaliar-se, exaustivamente, nestes contrastes e mudanças regionais de atitudes políticas, o peso dos fatores econômicos, sociais, ideológicos, culturais e políticos; e destacar apenas o estudo do poder local, o *poder no povo*, dentro das variáveis políticas.

Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1970 e, sobretudo, dos anos oitenta, a situação se invertera progressivamente: as *atitudes políticas* do mundo rural ficaram em segundo plano – quando não abandonadas – emergindo, com força crescente, a questão política local. O núcleo temático da história francesa deslocara-se da *coloração ideológica* para o *poder*, em parte pelo peculiar processo de *despolitização* experimentado pela França, nos anos oitenta, numa espécie de reação ao pólo oposto da situação de *hiper-politização* e conseqüente crença em mudanças importantes, própria dos anos setenta e parte da década seguinte. O resultado parcial desse processo seria a “problemática tendência para se contemplar o *poder* como ideologicamente incolor e essencialmente estático”¹⁵.

Para se estudar a história da agricultura deve-se “definir as relações do setor agrário com a economia geral”. Entretanto, isto não significaria “que o historiador agrícola tenha de fazer, pessoalmente, a história econômica total”, devendo, apenas “utilizar dados e análises fornecidos por especialistas de outros ramos da pesquisa”. A agricultura articula “o trabalho, a terra e a

¹³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987, p. 24.

¹⁴ NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local...*, p. 87.

¹⁵ TOSCAS I. SANTAMANS, Eliseu. Los estudios sobre el poder local en Francia rural (ss. XVIII-XIX). Un comentario bibliográfico. *Noticiário sobre Historia Agrária*. Murcia, n. 2, p. 113-122, jul./dic., 1991.

tecnologia conforme condições sociais específicas”. A análise do processo histórico na agricultura deve considerar essa associação, destacando o sistema socioeconômico, as condições de acesso e uso da terra, as normas jurídicas da propriedade, as circunstâncias geográficas, o universo profissional, as hierarquias sociais. Articulando-se esses fatores elabora-se a “história agrária como uma história econômica e social do mundo rural”, focalizando paisagens, ocupação do solo, economia, relações sociais.

No estudo da economia agrícola, deve-se levar em conta alguns fatores. Na esfera da *produção* deve-se analisar: as *circunstâncias ambientais* (flora, fauna, relevo, hidrografia, regimes das chuvas e do vento, flutuações climáticas, natureza do solo); a *natureza jurídica dos fatores de produção*, se cultivavam terras livres ou vinculadas, propriedades de instituições públicas, eclesiásticas, particulares (individuais ou coletivas), adquiridas por compra, herança ou doação, por arrendamento, aforamento ou posse por herança ou doação sem partilha e/ou demarcação, ou por simples ocupação; se praticavam o trabalho escravo, a “brecha camponesa” – pequenos cultivos em quilombos ou em minúsculos lotes cedidos a escravos em usufrutos temporários e, nos casos de escravos vaqueiros, diminutos criatórios – o colonato ou a meação, o trabalho familiar autônomos ou campesinato, o assalariamento; a origem do *capital*, se os recursos financeiros e tecnológicos, custos da terra, instrumentos de trabalho, sementes, mão-de-obra, adviriam de investimentos estatais ou privados, coletivos ou individuais.

Examinando-se separadamente os fatores da economia agrícola pelas suas relações, que constituem o objeto da história econômica deve-se concentrar esforço na avaliação das três instâncias principais: *produção*, investigando-se o “produto bruto”, subtraindo-se os custos das instalações, sementes, ferramentas, cultivo, colheita ou, pela ótica da “capacidade produtiva”, “produtividade, rendimento”; *distribuição*, “dependente das relações de produção e da estrutura de classes sociais no campo”, pesquisando-se as receitas dos distintos grupos e segmentos sociais que intervieram no processo produtivo, identificando-se “lucro e/ou renda, salário, retribuição *in natura*” e todas as formas praticadas de remuneração da força de trabalho; *circulação*, verificando os intercâmbios, “de incidência variável, conforme as estruturas econômico-sociais”, os circuitos comerciais internos e suas conexões inter-regionais, interprovinciais, e internacionais¹⁶.

Para se aproximar o conhecimento histórico de uma estrutura agrária há que se identificar a natureza jurídica do uso da terra, sua evolução, formas de transmissão da titularidade, outras formas de acesso à terra, tamanho das propriedades, área ocupada, recursos ambientais, infraestrutura produtiva, força de trabalho, tecnologia, natureza e volume da produção, padrão de

¹⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion S; BRIGNOLI, Héctor Pérez. Op. cit., v. I, p. 48-53.

consumo, circuitos comerciais, sistemas de transportes, fluxos migratórios, hierarquias sociais, relações de poder.

O estudo da ocupação de uma determinada região ou de uma sociedade em formação deve iniciar pela caracterização dos primeiros ocupantes, procurando-se conhecer suas origens e possíveis motivações da opção por aquele lugar. Uma história agrária assim elaborada proporciona ampliação do conhecimento das estruturas sócio-econômicas, inclusive redimensionando noções como a de latifúndio e minifúndio, que se flexibilizam com a interveniência de vários fatores, como intensidade da ocupação econômica e dinâmica comercial da terra.

A historiografia ibérica do século XIX, influenciada pela Antiguidade *clássica* e pelo Renascimento e, desde então, até meados do XX, pela lógica do fato histórico substituir as experiências, falando por si próprios, como preconizou Ranke no século XIX, com exaltação da unidade nacional, apresentando, por exemplo, os Reis Católicos como “símbolo desta unificação” ou “fundadores do Estado moderno”. Na segunda metade do século XX a historiografia dos países ibéricos, principalmente a espanhola, optara por “sublinhar as diferenças, chegando, por vezes, a negar a validade ou o interesse de qualquer estudo geral”. Deixando de lado a macro abordagem, passara a “privilegiar o estudo do regional e, mais ainda, do local”, transferindo o enfoque dos “mecanismos que conduzem a uma unidade *nacional*”, para “realçar a permanência”¹⁷.

Embora a historiografia brasileira, desde as corografias descritivas dos cronistas coloniais, focalizasse a temática fundiária, os estudos da propriedade, posse e extração da renda da terra desenvolveram-se, no Brasil, no curso do século XX, em três etapas distintas. Na primeira – ainda sem preocupações teóricas e metodológicas, além da descrição corográfica, como expressaram Felisbello Freire, Basílio de Magalhães, e Luís Amaral¹⁸ ou ultrapassando os limites da narrativa e incorporando postulados sociológicos, como Capistrano de Abreu¹⁹ – produziram-se estudos da ocupação territorial e apropriação da terra. Na segunda, as atenções se voltaram para os fatores jurídico-políticos, com abordagens ideológicas da propriedade fundiária, das instituições do Estado, da sociedade e do exercício do poder, como fizeram, por exemplo, Nestor

¹⁷ RUCQUOI, Adeline. *História medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 11-13. 1. ed. francesa, 1993.

¹⁸ FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. v. 1. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Rio de Janeiro: Tip. Rodrigues & Cia., 1906; MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. 4. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1978, 1. ed. 1914; AMARAL, Luís. *História geral da agricultura brasileira nos triplices aspectos político-econômico-social*. São Paulo: Nacional, 1939, 1940. (Três vols.).

¹⁹ ABREU, J. Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988, 1. ed. 1899; ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, 1. ed. 1906.

Duarte, Passos Guimarães, Nunes Leal, Raymundo Faoro²⁰ e outros. E na terceira – caracterizada pela consolidação da pesquisa universitária – a elaboração intelectual identificada como história agrária ganhou com os estudos de Ciro Cardoso, Yedda Linhares, Teixeira da Silva²¹ e outros, consistência teórica e metodológica, com fundamentação epistemológica da história econômica e social.

Na escrita da história agrária o “principal capítulo” deve ser o que aborda a “estrutura e a dinâmica da propriedade territorial”²². Desenvolve-se a pesquisa histórica recorrendo-se a documentos, com a utilização de técnicas e métodos mais adequados para o exame deles. Antes da discussão epistemológica deve-se conhecer a base de dados, evitando-se substituir a formulação de problemas e caracterização das fontes pela simples descrição delas. Nessa análise convém distinguir a documentação voluntária e direta das fontes indiretas. Os documentos cartoriais, administrativos, contábeis, eclesiásticos, constituem fontes diretas, representações voluntárias.

Desde que devidamente localizadas e datadas, as fontes indiretas e involuntárias também podem fornecer dados e informações indispensáveis para a investigação histórica. A paisagem agrária, que revela como o homem, nas suas atividades produtivas modifica, consciente e de modo sistemático, a paisagem natural, pode completar dados escassos da documentação voluntária e formal. Pode-se observar esse tipo de fonte histórica de modo direto, percorrendo a zona objeto de estudo e conhecendo, de forma ampla e profunda os problemas de seus habitantes; ou indiretamente, através de documentos, livros e estatísticas que possibilitem distinguir as características históricas e as transformações recentes da economia e do grupo social agrário.

O recurso da cartografia é imprescindível. Os mapas oferecem visões do conjunto de um universo agrário e sua inserção regional. Os produzidos pela SUDENE, através do projeto RADAN-BRASIL, produzidos a partir de fotografias aéreas, de várias dimensões, proporcionam completa visualização do local e do regional, indicando as intervenções humanas no espaço natural. Os monumentos artísticos, fundamentais para estudos de áreas urbanas, são raros ou

²⁰ DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional* (contribuição à sociologia política brasileira). São Paulo: Nacional, 1939; GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos...*; LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, 1.ed. 19--; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 9. ed. Porto Alegre: Globo, 1993, 2 v.,1. ed. 1957.

²¹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura...*; LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). Op. cit.; LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

²² FONSECA, Hélder Adegar. A propriedade da terra em Portugal, 1750-1850: alguns aspectos para uma síntese. In COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalves. (Orgs.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*. Lisboa: Vega, 1989, p. 213-240.

inexistentes no meio rural, falta que se pode suprir com as edificações de moradia e de serviços. As habitações, o mobiliário e os instrumentos de trabalho e de lazer, bem explorados, constituem eloqüentes testemunhos do passado de uma comunidade agrária. Num artigo de 1934, publicado na revista *Annales d'Histoire Éconimic et Social*, Marc Bloch²³ destacou a importância do conhecimento de pesos e medidas que se usavam na época estudada, devendo-se apresentar, sempre que possível, as suas conversões para o sistema métrico decimal.

Também se considera relevante no estudo da história agrária o conhecimento dos aspectos geomorfológicos, climáticos, hidrográficos, demográficos, culturais. A literatura – contos, poesias, cordéis, memórias, crônicas, romances, biografias – jornais, anotações domésticas e familiares, notas contábeis, oferecem dados consideráveis²⁴. O livro da razão da fazenda Campo Seco, em Brumado, ofereceu a base de um clássico da historiografia sobre o Alto Sertão da Bahia²⁵. Até da toponímia se extrai informações sobre o mundo agrário. Compete ao historiador reunir os dados oferecidos por essas fontes, seleccioná-los e analisá-los com a metodologia que julgar mais adequada para alcançar os objetivos propostos.

²³ BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. (Org. Étienne Bloch). Bauru: EDUSC, 2001, p. 119-122.

²⁴ BARRIOS GARCIA, Angel. *Estructuras agrarias y poder en Castilla: el ejemplo de Ávila (1085-1320)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1983, v. 1, p. 23-47.

²⁵ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo* (aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX). São Paulo: Nacional, 1956,